

A CONSTRUÇÃO HISTORIOGRÁFICA DA EUROPA. A PROPÓSITO DA CONTEMPORANEIDADE NA HISTÓRIA

Adelaide Costa

(Universidade Aberta)

Explorando um conveniente mimetismo com o tema dos nossos Encontros deste ano, que remete para um acto inacabado — a construção da Europa — este trabalho enferma do mesmo estigma. Tal estádio imperfeito resulta do acumular de vectores direccionais na pesquisa que mereceram, pelo menos, uma atenção exploratória, seguida de certos aprofundamentos e algumas inflexões. De qualquer modo, o que começou por ser assunto de uma breve comunicação transformou-se em matéria de um projecto que tem vindo, paulatinamente, a agigantar-se.

Hoje apresento o que constituirá o primeiro esboço de uma empresa em embrião ainda que os mais puristas o catalogassem no género das recensões críticas.

Quis o acaso que a escolha do objecto para presidir aos Seminários do CEHI de 2001 coincidissem com a minha leitura do último livro de Pierre Vilar, *Pensar historicamente*; e tal simultaneidade serviu de tópico desencadeador desta análise.

A finales de la década de los oihenta, cuando el proyecto de una Europa política empezaba a adquirir forma, cinco editores europeos decidi-

*rom encargar a diversos autores, la realizacion de pequeños libros de ensayo — que tenían que ser publicados en las cinco lenguas europeas más habladas — capaces de iluminar aquel proyecto*¹.

Trata-se da série *Construir a Europa* que tem vindo a publicar-se desde há oito anos sob a direcção de Jacques Le Goff. Ainda que, anteriormente, tivesse consultado alguns volumes, as palavras de Pierre Vilar despertaram-me para a sua dimensão de empreendimento editorial europeu, e forneceram um manancial de vectores de estudo, dos quais saliento:

- a conveniência de uma investigação histórica direccionada para um tema assumidamente marcado pela actualidade;
- a justificação historiográfica do género literário solicitado aos autores: ensaios;
- a legitimidade do propósito de fazer a história intervir, ainda que pelo esclarecimento, num projecto político de hoje.

Enunciar estas linhas de pesquisa desvenda parcialmente o título do trabalho: *a construção historiográfica da Europa*. Definidos os agentes do processo — os historiadores — estreita-se a perspectiva de abordagem, desvalorizando a matéria substantiva da construção da Europa e potenciando o discurso sobre a mesma. Contudo, os contornos da acção permanecem dúbios porque se omite a natureza da entidade que dela resulta. Europa tanto pode reportar-se a uma realidade histórico-geográfica que evolui no tempo longo como cumprir-se num desígnio de estadistas actuais.

O problema não é ocioso porque os dois planos de interpretação tanto se excluem quanto se conjugam: ou seja, a pesquisa sobre a formação e desenvolvimento de um todo civilizacional pode subordinar-se a um propósito imediatista, tentando legitimar ou derrogar a exequibilidade de um expediente político.

A vontade de estudar o discurso dos historiadores sobre a Europa não se encontrava escudada em qualquer sustentáculo teórico; mas, sucumbindo a apostas metodológicas em voga, fui tentada a convocar categorias de análise do discurso geradas nas ciências da linguagem e apropriadas depois pelo

¹ *Pensar Historicamente. Reflexiones y recuerdos*, Barcelona, Crítica, 1997, p. 7.

conjunto das ciências humanas e sociais². Rapidamente conclui que o esforço de apreensão, sendo enriquecedor, não colmatava o facto de esses métodos se manterem alheios e superficialmente explorados. Desta forma, surgiu a hipótese de o estudo singular se reconverter em projecto alargado a investigadores de outras áreas disciplinares e a outro tipo de discursos produzidos sobre a Europa³.

Este trabalho é, assim, a concretização de um micro-projecto tendo em conta um *corpus* restrito.

A colecção, que conta até hoje com dezasseis volumes, começou a editar-se, em 1993, pela C. H. Beck Verlag (Munique), Laterza e Figli (Roma-Baria), Basil Blackell (Oxford), Editorial Critica (Barcelona) e Éditions du Seuil (Paris).

A série não obedece a uma estrutura rígida, forçosamente cerceadora da liberdade dos autores ainda que seja pela necessidade de limar as sobreposições. Constituem-na livros autónomos e dessa característica decorre a diversidade das aproximações nos planos temático e cronológico. Contudo, a obra é dotada de coerência intrínseca, mantendo um fio condutor não situável ao nível do conteúdo, mas no das intenções. Dentro destes eixos aparentemente inorgânicos exprimem-se os propósitos de *Lançar luz sobre a constituição da Europa*⁴.

Cada volume fornece coordenadas de apreensão dessa entidade histórica, a partir de problemáticas específicas: desde o imobilismo da geografia⁵, a

² Cf. *Análise Crítica do Discurso. Uma perspectiva sociopolítica e funcional*, organização de E. Ribeiro Pedro, Colecção Universitária, série LINGUÍSTICA, dirigida por M. R. Delgado Martins, Lisboa, Editorial Caminho, 1997.

³ A desenvolver no C.E.H.I., com colaboradores internos e externos.

⁴ *Construir a Europa* não se assume como uma História da Europa. Escreve Leonardo Benévolo, *A Cidade na História da Europa*, Lisboa, Editorial Presença, 1995, p. 13: os "(...) livros desta colecção (...) exploram temas e momentos específicos da herança cultural europeia (...)". Hagen Schulze é, também, elucidativo: "(...) ainda falta uma história europeia dos dados, das hipóteses e dos conceitos axiomáticos para estruturar as outras representações da história nacional. (...) Vista como um todo e não apenas como uma soma das partes, a Europa continua a ser um continente por descobrir (...)" (*Estado e Nação na História da Europa*, Lisboa, Editorial Presença, 1997, p. 17). Peter Brown define a colecção como "(...) uma série que deveria aguçar a imaginação de todos aqueles que desejam repensar uma vez mais, na nossa época, como foi construída a Europa (...)" (*A Ascensão do Cristianismo no Ocidente*, Lisboa, Editorial Presença, 1999, p. 13).

⁵ M. Mollat du Jourdin, *L'Europa e il mare*, Roma-Baria, Laterza e Figli, 1993. Utilizaremos, para todos os volumes, as referências da editora italiana.

mutabilidade das estruturas políticas⁶ ou a inquietante convivência com civilizações confinantes⁷; desde heranças enraizadas como a religião⁸, traços de especificidade assumidos⁹, utopias¹⁰ ou auto-imagens criadas¹¹, a notáveis realizações culturais¹² ou rupturas mentais¹³; desde as células primárias de enquadramento humano¹⁴ e a nuclear organização das comunidades¹⁵ aos mais telúricos objectos como a população¹⁶ ou os camponeses¹⁷; passando, também, por questões influenciadas por modas científicas – caso dos estudos de género – de que é exemplo o livro dedicado às mulheres¹⁸.

O recurso à categoria tempo também não é uniforme. Alguns volumes arquitectam-se segundo uma perspectiva diacrónica, acompanhando os fenómenos na longa duração enquanto que outros respeitam lapsos temporais breves. Neste último caso, estudam-se movimentos culturais ou mentais que interferem com o sentir profundo dos europeus; épocas de aceleração e transformação, momentos de fronteira, de quebra e renovação dos vários níveis da ordem estabelecida: casos do Renascimento e das Luzes¹⁹, mas também do mais recente processo de secularização das instituições e da sociedade²⁰.

Apenas os sete volumes editados em Portugal²¹ serão objecto das linhas de análise atrás enunciadas, constituindo o *corpus* desta pesquisa preliminar.

⁶ C. Tilly, *Le Rivoluzioni europee (1492-1992)*, 1993; H. Schulze, *Aquile e leoni. Stato e nazione in Europa*, 1995.

⁷ F. Cardini, *Europa e Islam. Storia di un malinteso*, 2000.

⁸ P. Brown, *La formazione dell'Europa cristiana. Universalismo e diversità*, 1995; R. Rémond, *La secolarizzazione. Religione e società nell'Europa contemporanea*, 1999.

⁹ A. Gurevic, A. Ja, *La nascita dell'individuo nell'Europa medievale*, 1996.

¹⁰ U. Eco, *La Ricerca della Língua Perfetta*, 1993.

¹¹ J. Fontana, *L'Europa allo specchio. Storia di un'identità distorta*, 1995.

¹² P. Burke, *Il Rinascimento europeo. Centri e periferie*, 1999.

¹³ U. Im Hof, *L'Europa dell'Ílluminismo*, 1993.

¹⁴ J. Goody, *La famiglia nella storia europea*, 2000.

¹⁵ L. Benévolo, *La Città nella Storia d'Europa*, 1993.

¹⁶ M. Livi Bacci, *La popolazione nella storia d'Europa*, 1998.

¹⁷ W. Rösener, *I contadini nella storia d'Europa*, 1995.

¹⁸ G. Bock, *Le donne nella storia europea*, 2001.

¹⁹ Vd. notas 12 e 13.

²⁰ Vd. nota 8.

²¹ Pela Editorial Presença, integrados na colecção *Construir a Europa*.

São eles: de Leonardo Benévolo, *A Cidade na História da Europa* (1995); de Ulrich Im Hof, *A Europa no Século das Luzes* (1995); de Michel Mollat du Jourdin, *A Europa e o Mar* (1995); de Umberto Eco, *A Procura da Língua Perfeita* (1996); de Charles Tilly, *As Revoluções Europeias 1492-1992* (1996); de Hagen Schulze, *Estado e Nação na História da Europa* (1997); de Peter Brown, *A Ascensão do Cristianismo no Ocidente* (1999).

Comecemos por questionar a oportunidade do lançamento de produção historiográfica sobre a Europa.

Dir-se-ia que a história é fortemente actuante na construção europeia contemporânea. Pelo menos, a crer na onnipresença do recurso ao passado nos discursos da lavra de estadistas, investigadores do social, analistas e comuns cidadãos. Por outro lado, não esqueçamos que os políticos teimam, de forma aparentemente convicta, em verbalizar o carácter histórico dos actos que praticam, esquecendo a impossibilidade de adivinhar as suas consequências²².

Sabe-se que a agenda da celebração de tratados entre os então *Doze* tentou ritmar prazos de produção dos volumes²³. Mas, para além das compreensivas lógicas editoriais desconhece-se, à partida, de que forma o presente, representado pelo actual projecto político, contagia as obras.

Para explorar esta questão, o estudo desenvolve-se a dois tempos.

Faz-se um percurso que nos conduz do visível e externo — nomeadamente, a consideração da capa, contra-capa, badanas e prefácio do coordenador da série — para o conteúdo dos livros, pesquisando eventuais marcas dos desígnios europeístas actuais, expressas no discurso histórico produzido.

O primeiro nível de investigação centra-se, em exclusivo, nas palavras, omitindo técnicas de marketing, respeitantes a equilíbrios estéticos que envolvam figurações e cores.

Na abordagem de títulos científicos parece minimizável a análise dos processos de convencimento à aquisição do livro. Contudo, esta série está

²² Cf. J. Lozano, *El discurso histórico*, Madrid, Alianza Editorial, S. A. 1987, pp. 53-54.

²³ Nem sempre os ritmos possíveis da produção dos livros se conjugaram com tais directrizes. Charles Tilly escreve: "(...) Quando Jacques Le Goff me convidou para escrever um livro sobre as revoluções europeias, aceitei com prazer (...) falhei completamente no prazo que me impusera, tornado mais urgente pela consolidação da Comunidade Europeia em 1992 e 1993 (...)" (*ob. cit.*, p. 15).

longe de se integrar no conjunto das obras eruditas, normalmente pesadas, cujo interesse permanece limitado ao exclusivismo dos círculos especializados numa época, e dentro dela num lapso cronológico específico, num tema determinado, ao qual se lançou uma problemática própria que permite defender uma tese.

Os volumes destinam-se à entidade indeterminada que dá pelo nome de grande público²⁴. Claro que o nível de grandeza é relativo a uma elite com vários graus de distanciamento face à historiografia mas fortemente empenhada nas problemáticas do seu tempo. E que mais apelativo para um cidadão da Europa do que ler textos acerca da soberania das entidades políticas em que está ou virá a estar integrado?

A designação genérica da obra — *Construir a Europa* — estimula, no hipotético leitor, uma operação mental de associação com acontecimentos contemporâneos.

A capa dos vários livros exhibe títulos breves, em que o termo Europa é hegemónico aliando-se, com simplicidade, à temática específica de cada volume: o mar, a cidade, o estado e nação, as revoluções, as Luzes²⁵. A cadência quase unânime na construção dos títulos garante, a quem vai travando conhecimento com a série, a convicção de que está a aceder a estudos parcelares sobre um só objecto²⁶.

Os textos da contracapa estabelecem a ponte com o presente, estratégia que é, de forma categórica, assumida nos dois volumes sobre a organização política e as suas metamorfoses; de facto, estes anunciam-se como ensaios direccionados pela actualidade e como um meio de compreender a Europa

²⁴ Ideia expressa no prefácio de Jacques Le Goff: "(...) Graças ao seu desejo de clareza, estes ensaios são também acessíveis a um vasto público (...)" e reiterada por vários dos autores, nomeadamente Hagen Schulze que afirma: este tipo de obra "(...) exige ainda que se tenha em conta os leitores que não possuem conhecimentos especiais (...)" (*ob. cit.*, p. 17).

²⁵ Apenas o título do livro de Umberto Eco destoa nesta uniformidade. Mesmo o volume da autoria de Peter Brown, originalmente intitulado *The Rise of Western Christendon* (e em português *A Ascensão do Cristianismo no Ocidente*) é na tradução italiana *La Formazione dell'Europa Cristiana*.

²⁶ A escolha dos títulos não foi da exclusiva responsabilidade dos autores. Pierre Vilar, convidado a participar na colecção – mas tendo a breve trecho de declinar devido a doença – escreve "(...) Acepté este pequeno reto y propuse un título que pareció demasiado largo a los editores (...)" (*Pensar historicamente ...*, p. 7).

de hoje²⁷. A leitura das contracapas transmite, ainda, a mensagem de que os autores tendem a pesquisar, nos aspectos particulares sob os quais observam a Europa, quer o especificamente europeu, quer a reconstituição do caminho para uma uniformidade²⁸.

O texto da badana, igual em todos os livros, explica a colecção. Assume como objectivo do empreendimento a *procura da identidade colectiva europeia*, concedendo à história a função de prefigurar e não a de determinar a Europa actual. Aposta numa abertura da perspectiva de abordagem, integrando tanto a irredutibilidade de características nacionais, quanto as linhas de tendência comuns a toda a Europa.

²⁷ Lê-se na contracapa do livro de Hagen Schulze: "(...) Como na história da Bela Adormecida, que o beijo do príncipe fez despertar, a Europa parece, no presente, acordar de um longo sono de oitenta anos e voltar a aproximar-se do estado em que se encontrava antes da Primeira Guerra Mundial. O beijo, que neste caso não foi senão fim do comunismo na antiga Europa de Leste, fez-se acompanhar nesses países, como em muitos aspectos na Europa Ocidental, por uma torrente de movimentos nacionalistas retrógrados. É o reaparecimento deste elemento perturbador — o nacionalismo — e as suas manifestações ao nível dos Estados que merece nesta obra uma apreciação particularmente atenta. Porque se organizaram os europeus em Estados? Como se desenvolveu e porque teve um êxito tão grande o conceito europeu de Nação? Como se uniram o Estado e a Nação para constituir a forma da Europa? (...)"; e na contracapa do volume de Charles Tilly "(...) No capítulo final Charles Tilly faz uma comparação entre as recentes revoluções nacionais na Europa Central e de Leste e os movimentos supranacionais na Comunidade Europeia. Em conclusão, avança a tese de que um certo renascimento de culturas com características próprias será provavelmente acompanhada pelo declínio do nacionalismo revolucionário (...)".

²⁸ Contracapa do volume de Leonardo Benévolo: "(...) Leonardo Benévolo examina a construção e o crescimento dos centros urbanos desde o século X até aos nossos dias. O objectivo consiste em identificar, neste fenómeno, aquilo que é especificamente europeu (...)".

Contracapa do livro de Michel Mollat: "(...) Michel Mollat reconstrói as etapas históricas e as implicações culturais e sociais da relação com o mar, que foi decisiva na construção histórica da Europa (...) A análise aqui empreendida revela semelhanças e oposições entre os países marítimos europeus, e permite discernir como os Europeus tomaram a pouco e pouco consciência do que lhes é comum, apesar das concorrências e conflitos (...) Deste quadro o autor tira conclusões para o presente firmando a sua ênfase na necessidade de atentar nesse riquíssimo legado comum, por vezes esquecido e até ameaçado (...)".

Contracapa do livro de Umberto Eco: "(...) Após séculos de coexistência com uma grande diversidade de línguas no seu espaço geográfico, o pensamento europeu volta a meditar na possibilidade de recuperação da língua original — procura de reparação da ferida simbolizada pelo episódio bíblico da *confusio linguarum*, na arquetípica torre de Babel (...)".

Contracapa do volume de Peter Brown: "(...) Peter Brown conta-nos a insuspeitada história do mosaico que viria a constituir aquilo que hoje entendemos globalmente como o Cristianismo na Europa (...)".

A análise externa culmina com a apreciação das palavras com que Jacques Le Goff prefacia a série; recorrentes em todos os volumes, elas integram-se na lógica da unidade necessariamente existente numa colecção.

A frase inicial,

A Europa está a construir-se

apela ao projecto político actual reforçando o registo já expresso nos anteriores elementos estudados.

A expressão seguinte causa alguma perplexidade vinda do coordenador científico de uma iniciativa desta natureza:

É uma grande esperança

Palavras estranhas a um discurso historiograficamente correcto porque convocam o mundo dos afectos, não dissimulando os sentimentos do autor.

A mensagem nuclear, contudo, é apenas transmitida a seguir. Com efeito, para o autor, a esperança depositada na concretização de uma identidade política nova necessita de suporte histórico, sob pena de indigência e orfandade:

que só se concretizará se tiver em conta a História: Uma Europa sem história seria órfã e pobre.

Mas esse suporte não é determinista nem escamoteia a diversidade, ainda que pretenda evidenciar a unidade. Ou seja, Le Goff levanta a questão fulcral que é a das identidades e da sua preservação num espaço político global.

Termina em tom quase escatológico, delegando na série a incumbência de contribuir para dar resposta às grandes questões da Europa:

quem somos, donde vimos, para onde vamos?

Até este momento questionaram-se os propósitos expressos pelos criadores do projecto e pelo coordenador da obra. Vejamos, agora, as

concretizações substantivas, adiantando alguns padrões de estruturação do discurso.

É sabido que todos os discursos narrativos, como o histórico, têm por referência factos posteriores aos que constituem o objecto de estudo. Esta característica decorre da incontornável omnisciência temporal do historiador²⁹. Mas no caso em apreço, a premência dos acontecimentos contemporâneos como directores do questionamento sobre os factos de há 500 ou 1000 anos atrás é, em alguns casos, determinante.

Schulze dimensiona toda a capacidade de intervenção do presente ao escrever:

*É necessário recuar muitos anos para encontrar o momento em que a história europeia tenha sido tão incerta, o futuro do continente tão aberto*³⁰.

A angústia desta incerteza é acentuada pelo momento em que os livros são produzidos, a passagem dos anos oitenta para os noventa. De facto, esta série parece cumprir o papel de narrar a história da adequação entre um espaço geográfico — o Ocidente do continente europeu — e uma identidade colectiva²⁷; em parte como sustentáculo para compreender o actual projecto de unificação política. Afirmar essa identidade civilizacional é pacífico, dado existirem um conjunto de valores adquiridos e interiorizados. Só que, no momento em que se estava a concretizar esta diligência, algo de novo começou a vir de Leste ao longo dos anos oitenta, até que se impuseram as novidades demolidoras de 1989. Colocou-se, nesse momento, a até então impensável hipótese de o espaço político comum se alargar para Oriente, sem que essa abertura fosse sustentada por uma uniformidade cultural.

²⁹ J. Lozano, *ob. cit.*, pp. 48-50

³⁰ *Ob. cit.*, p. 303.

²⁷ Leonardo Benévolo, por exemplo, afirma que "(...) As cidades europeias nascem com a Europa e, em certo sentido, fazem nascer a Europa. São uma das razões de ser – provavelmente a principal – da Europa como entidade histórica distinta, continuam a caracterizar a civilização europeia quando ela assume um papel dominante no mundo e imprimem a sua marca às cidades contemporâneas em toda a parte do mundo (...)" (*ob. cit.*, p.13).

Nestas condições, os autores abordam, sobretudo na Introdução e no último capítulo dos seus livros, questões da contemporaneidade cuja resposta se irá procurar³² ou se tentou perscrutar³³ na História.

Para além desta premência do presente enquanto motor de busca ao passado, alguns autores dialogam, de uma forma directa - e que se pretende actuante — com o projecto político europeu, capitalizando os seus conhecimentos e a sua capacidade de reflexão: lembram que aspectos estruturantes, como o mar³⁴, estão a ser descurados na construção política;

³² Palavras de Hagen Schulze na *Introdução* do seu livro: "(...) Nos últimos anos, depois do desmantelamento da União Soviética e do socialismo real, instalou-se um novo optimismo no mundo ocidental (...) Este novo optimismo não é partilhado por todo o mundo. Voltou a emergir um fenómeno irritante na Europa, que parece opor uma forte resistência à instauração de uma sociedade mundial mais ou menos unificada em torno dos fundamentos razoáveis do liberalismo e da democracia (...) o fim do comunismo foi acompanhado por uma explosão de movimentos nacionalistas retrógados que o mundo inteiro considerava há muito pertencentes ao passado. Simultaneamente o entusiasmo pela unificação política da Europa parece esmorecer (...)" (*ob. cit.*, pp. 15/16).

Palavras de Charles Tilly no 1º capítulo de *As revoluções europeias (1492-1992)* dedicado à análise das situações revolucionárias de 1989: "(...) Em 1989, alguns eruditos franceses e francófilos apresentaram o bicentenário da Revolução Francesa como um autêntico *réquiem* pelas revoluções. (...) A maior arte dos Europeus, Franceses ou não, partilhavam a ideia de que a idade das revoluções passara. Na Europa Ocidental, as pessoas pareciam demasiado prósperas e egoístas para fazerem uma revolução. Na Europa Oriental, por outro lado, os governos pareciam demasiado repressivos e os cidadãos demasiado fragmentados para a poderem fazer (...) Em 1989, no entanto, os povos da Europa Oriental viciaram vigorosamente todas as análises que davam um fim à rebelião. Fizeram as suas próprias revoluções (...)" (*ob. cit.*, pp. 21-22).

³³ Escreve Leonardo Benévolo na *Conclusão* do seu livro, referindo-se ao ordenamento das cidades: "(...) No segundo pós-guerra, a separação dos dois blocos divide ao meio a Europa e reduz - a leste mas em certa medida também a oeste - as margens de discussão e de experimentação. As mudanças de 1989, sejam quais forem as suas consequências, destroem este quadro e convidam a traçar um quadro unitário de problemas e de oportunidades, onde as experiências europeias de finais deste século devem ser colocadas" (*ob. cit.*, p. 220). O autor termina o seu livro com o parágrafo *Uma reflexão no limiar do futuro*.

³⁴ A *Conclusão* do livro de Michel Mollat intitula-se *E agora?*, utilizando o autor esse espaço para interpelar, directamente, os políticos actuais (*ob. cit.*, p. 258-270). Apenas citaremos algumas expressões elucidativas: "(...) A experiência histórica proporciona uma aproximação das oportunidades e dos obstáculos apresentados pelo mar àqueles que querem "fazer a Europa" (...)" (p. 258); "(...) De facto, uma soma de desconhecimentos e incompreensões dos problemas do mar corriam o risco de travar a união da Europa (...) poucos são os autores da abundante literatura contemporânea relativa à Europa que têm um pensamento ou uma ideia para com o mar (...)" (p. 265). Após uma análise dos problemas navais da Europa contemporânea sob o ponto de vista comercial e militar e, também das pescas, Mollat escreve: "(...) Os criadores da união da Europa não

relativizam realidades com estatuto de absolutas para o senso comum, como os Estados³⁵; historicizam outras formas de enquadramento dos europeus aos níveis étnico-linguístico³⁶ e territorial³⁷, abrindo caminho à possibilidade de

parecem ter tido muito em conta as suas possibilidades marítimas (...)” (p. 268); traça um plano de acção política, salientando que “(...) Para conservar as suas oportunidades e delas beneficiar, a Europa deve, contudo, harmonizar as condições de concorrência no comércio de mercadorias e na pesca, encorajar a modernização dos seus navios, normalizar as condições sociais das suas tripulações e a formação técnica dos seus quadros, e estimular entre eles o conhecimento de línguas estrangeiras. Quanto a este ponto, a difusão do inglês é já uma comodidade internacional inegável. Para estas condições, bem como para muitas outras, a construção de uma Europa dos transportes marítimos parece fatal; Mas será lenta. Para a acelerar, pensamos na adopção de uma bandeira europeia (...)” (p. 269); termina afirmando que “(...) A Europa não perdeu, sem dúvida, a proeminência mundial, mas esperamos que as autoridades que preparam a sua união tenham em conta as suas raízes históricas, segurança para o seu futuro na água, bem como para o continente (...)” (p. 270).

³⁵ Escreve Charles Tilly: “(...) Apesar da recente insistência num nacionalismo de expressão estatal, no entanto, várias transformações apontam para um *declínio* do nacionalismo a longo prazo (...) No futuro, o pluralismo cultural poderá vir a tornar-se compatível com a devolução do poder económico e político a grandes unidades, distintas dos Estados consolidados que conhecemos nos últimos duzentos anos. (ob. cit., pp. 294-295)

³⁶ Escreve Umberto Eco referindo-se à história das utopias da língua perfeita: “(...) a nossa história representa um capítulo da história cultural da Europa, e os seus capítulos ganham uma importância particular hoje que os povos da Europa – enquanto discutem as modalidades de uma união política e comercial possível – não só falam ainda línguas diferentes, como falam mais línguas diferentes do que o faziam há dez anos: e em certos lugares, invocando diferenças étnico-linguísticas, se enfrentam de armas na mão. Mas veremos que o sonho de uma língua perfeita ou universal sempre se afirmou precisamente como resposta ao drama das divisões religiosas e políticas, ou ainda à simples dificuldade das relações económicas (...)” (ob. cit., p. 33). O autor termina o seu livro com um capítulo intitulado *As línguas internacionais auxiliares* (ob. cit., pp. 295-326) com um sub-capítulo que denomina *Possibilidades «políticas» de uma LIA*, onde questiona “(...) seria possível a uma entidade supranacional (como a ONU ou o Parlamento Europeu) impor uma LIA como língua franca? (...) se houvesse uma decisão política acompanhada por uma campanha planificada dos meios de comunicação, a LIA escolhida poderia, sem dúvida, difundir-se sem dificuldade (...) Se tal decisão política não existiu até ao momento, e se se afigura de assunção extremamente difícil, isso não quer dizer que não possa vir a ser tomada no futuro (...)”; “(...) a fragmentação linguística já não é sentida como um incidente que seria preciso remediar, mas como um instrumento de identidade étnica e um direito político, qualquer coisa a restaurar ainda que ao preço de uma guerra civil (...) Se a tendência para a unificação europeia avança ao mesmo tempo que a tendência para a multiplicação das línguas, a única solução possível é a adopção plena de uma língua veicular europeia (...)” (pp. 309/310).

³⁷ Escreve Leonardo Benévolo: “(...) As realidades criadas na Idade Média continuam a caracterizar de um modo preponderante as cidades que cresceram muitas vezes nas épocas seguintes. É a essa herança que ficamos a dever a própria noção de cidade como sujeito individual e de certa forma animado, não redutível às formalidades recentes das instituições nacionais e

aceitar organizações políticas superiores aos Estados nacionais. De facto, os pluralismos culturais e as formas de identidade polarizadas não são concorrentes com macro-estruturas políticas. A verbalização mais explícita da intervenção a assumir pelos historiadores é feita por Charles Tilly, quando introduz a categoria de utilidade, aplicada à descrição das revoluções³⁸.

O questionamento acerca desta aposta de os historiadores agirem no presente — no desempenho do seu ofício e não como analistas ou cidadãos — tem de conjugar-se com o tipo de discurso que é encomendada pelos coordenadores: ensaios.

Voltemos a Pierre Vilar, uma vez mais, sugestivo:

*Un ensayo no tiene otra ambición que la de multiplicar los ángulos de las tomas de posición. Este es, a la vez, el defecto y el mérito de los cortometrajes*³⁸.

É condição para uma obra ter a categoria de ensaio não ser ficcional e caracterizar-se pelo espírito crítico e pela consciência da mutabilidade das interpretações. Estas qualidades adequam-se a produções historiográficas. Definamos, com Jorge Losano, a história como um tipo de discurso com a especificidade de ter a verdade como horizonte e, por isso mesmo, se distinguir do texto de ficção³⁹. A peculiaridade de um ensaio histórico reside

supranacionais; sentimos que lhe pertencemos, por ela aceitamos ser qualificados (...) a pequenez dessa pátria imediata não nos separa do mundo, antes nos ajuda misteriosamente a penetrar nos grandes horizontes do nosso tempo – A Europa, a comunidade mundial -, transpondo as fronteiras mais recentes dos Estados nacionais (...)” (pp. 90-91).

³⁸ Escreve Charles Tilly: “(...) o livro preocupa-se menos com as características comuns às grandes revoluções e mais com o seu papel nas transformações europeias de longo prazo. Ao fazê-lo, liga o passado, o presente e o futuro (...) Seja o que for que envolvam, as revoluções incluem sempre transferências forçadas de poder entre os Estados; e que, portanto, /Qualquer descrição útil das revoluções deve ter em conta, entre outras coisas, o modo como os Estados e o uso da força variam no tempo, no espaço e no cenário social. (...) as relações entre os Estados afectam igualmente o local, a probabilidade, o carácter e o resultado da revolução (...) Para saber quais os Estados onde pode ocorrer uma revolução, temos de examinar não só a sua política doméstica, mas também a sua posição no conjunto prevalecte de relações entre Estados (...)” (pp. 25 - 27). É sintomático que o seu último capítulo se intitule *Revoluções de ontem, hoje e amanhã* (pp. 280-295).

³⁸ *Ob. cit.*, p. 21.

³⁹ *Ob. cit.*, p. 183

no facto de a reflexão ser estruturada por coordenadas que se buscam nos documentos, não se resumindo a uma elaboração mental sem esteios externos.

Designando *a priori* os volumes que integram esta colecção como ensaios legitimam-se interpretações da actualidade à luz dos conhecimentos do passado. É certo que nem todos os autores entenderam o repto dos editores de um modo tão pessoal. Nem todas as obras se encontram tão declaradamente escritas na primeira pessoa⁴⁰. Mas, mesmo assim, devemos interrogar-nos sobre o limiar que separa a função do historiador e a de um analista que recorre a conhecimentos e a uma utensilagem mental que lhe permitem ultrapassar o imediatismo na consideração do presente.

A bem da divulgação da série para o grande público economizam-se as marcas tipográficas de historicidade, sustentando-se a natureza de textos históricos na autoridade de quem escreve. A categoria do historiador substitui-se, assim, às estratégias persuasivas da historiografia; contudo, alguns sentem-se compelidos a justificar a ausência de carga erudita⁴¹, o que é compreensível porque a apreciação última das obras pertence aos seus pares, à comunidade científica⁴². Salvaguardando que são lógicas editoriais e de mercado que afastam a demonstração dos sustentáculos do seu discurso, os autores abalançam-se não só a disponibilizar bases para melhor compreender o presente mas a analisarem-no eles próprios.

Nesta colecção ensaia-se a história partindo de fenómenos políticos a decorrer na actualidade. Tenta-se orientar não só a memória que o futuro terá do presente mas moldar as próprias categorias de apreensão e construção do presente.

⁴⁰ Caso dos livros de Ulrich Im Hof e de Peter Brown.

⁴¹ “(...) Espero que o leitor me fique grato pelo sacrifício que celebrei para seu alívio e que os especialistas me perdoem o jeito panorâmico e elíptico da minha história (...)” (U. Eco, *ob. cit.*, p. 21); “(...) Fornecer para cada uma destas citações a referência à edição em que pode ser encontrada teria alterado a natureza deste livro: qualquer tentativa de síntese ter-se-ia transformado numa desajeitada imitação de um texto de consulta para profissionais (...)”, escreve Peter Brown justificando a ausência de referências de citações que faz (*ob. cit.*, p. 13)

⁴² Jorge Lozano, *ob. cit.*, p. 184.